

Catarismo e memória occitana: uma discussão conceitual

PHILIPPE ROSA DE LIMA¹

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O objetivo deste artigo é oferecer aportes conceituais que possibilitem uma análise construtiva da memória da repressão à heresia cátara no Languedoc medieval. O escopo temporal estará centrado na construção dessa memória a partir do século XIX até os dias de hoje, tendo a história do catarismo nos séculos XII e XIII como referencial. Para isso, discutiremos os conceitos de “história, memória, identidade e patrimônio”, apontando suas correlações e aplicabilidade. A memória dessa perseguição construiu uma identidade cultural própria à região occitana, sendo constantemente reformulada ao longo dos séculos. Desde então, essa “memória” passou a coexistir com a História acadêmica, estabelecendo uma relação marcada ora pelo conflito, ora pelo diálogo.

Palavras-Chave: Catarismo; Languedoc; Memória.

Abstract: The objective of this article is to offer conceptual contributions that allow a constructive analysis of the memory of the repression over the cathar heresy in medieval Languedoc. The temporal scope will be centered on the construction of this memory since the nineteenth century to nowadays, with the history of catharism in the twelfth and thirteenth centuries as a referential. For that, we shall discuss the concepts of “history, memory, identity and patrimony”, pointing out their correlations and applicability. The memory of this persecution has constructed a cultural identity particular to the occitan region, being constantly reformulated over the centuries. Since then, this “memory” began to coexist with the academic History, establishing a relation marked either by conflict or by dialogue.

Keywords: Catharism; Languedoc; Memory.

Recebido em 21/02/18 e aceito em 14/03/19.

1. Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (SP), com tese em andamento intitulada: “Poderes eclesiásticos e seculares na repressão ao catarismo no Languedoc (1145-1229)”. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Email: philiperlima@gmail.com.

1. Introdução

A repressão ao catarismo foi um importante capítulo na história medieval. A história da perseguição à essa heresia no Languedoc marcou profundamente a memória occitana pelos terrores da guerra e por seu significado histórico². Alguns trabalhos de relevo sobre o tema foram publicados nos últimos anos, porém sem ter uma reflexão teórica como prioridade em seu escopo³. O objetivo deste artigo é retratar a história da construção dessa memória e apresentar um arcabouço conceitual pertinente que possa fundamentar a discussão. Para isso, trabalharemos com quatro conceitos: “história, memória, identidade e patrimônio”. Buscaremos também articular essa reflexão com a produção historiográfica sobre a heresia cátara. O recorte espacial-temporal será composto por duas fases: a história do catarismo nos séculos XII-XIII e a sua memória construída no Languedoc desde a produção de intelectuais franceses do século XIX até os tempos atuais.

O catarismo foi um movimento herético de caráter dualista surgido no século XII e presente em várias regiões, como Flandres, o norte italiano, os países germânicos e o Languedoc⁴. A permeabilidade da infiltração dessa heresia em regiões diversas configurou um quadro bastante heterogêneo, o que resultou em variadas doutrinas e modelos de organização internas ao catarismo. Por esse motivo, alguns historiadores preferem utilizar o termo “catarismos” ao invés de “catarismo” em seus trabalhos (JIMENEZ-

2. Quando mencionamos a região do Languedoc, nos referimos ao território correspondente à metade sul da França atual, conhecido na Idade Média também como Midi ou Occitânia, nome que atualmente designa aquela região administrativa.

3. Podemos citar como trabalhos recentes: Roach (1997), Mccaffrey (2001), Soula (2004) e Jimenez-Sánchez (2010).

4. Para um estudo mais aprofundado do catarismo, ver: Duvernoy (1976), Lambert (1992) e Jimenez-Sánchez (2008).

SÁNCHEZ, 2008, p. 378).

O aparecimento da heresia cátara no Ocidente europeu integrou um período no qual despontou um novo desejo da população leiga de desfrutar uma espiritualidade nova, a *vita apostolica*, um retorno à simplicidade do tempo dos primeiros apóstolos cristãos na qual pudessem praticar a pobreza e a caridade. Ao buscarem a mensagem de *vita apostolica*, alguns movimentos reivindicaram o direito de interpretar as Escrituras por conta própria e pregar o discurso de evangelismo para os cristãos, práticas que estavam restritas ao clero ordenado.

A região mais afetada pela heresia cátara foi justamente o Languedoc, por uma série de razões: a fraca presença da Igreja naquele território; a tolerância do clero e dos senhores occitanos com a disseminação do catarismo; a presença de uma elite culta nas cidades aberta a novas formas de experiência religiosa (MITRE-FERNÁNDEZ, 2008, p. 233). Um dos motivos para o sucesso da heresia foi que ela atingiu todas as classes sociais, fossem camponeses, mercadores ou aristocratas, na qual a pessoa mais humilde poderia ascender na hierarquia cátara (WAKEFIELD, 1974, p. 36).

Devido à crescente disseminação de comunidades cátaras na região, a Igreja iniciou uma ofensiva para frear esse avanço. Primeiramente, formulou ao longo do século XII uma legislação conciliar anti-herética que fornecesse uma base jurídico-política para o combate à heresia, tendo como destaque a legitimação do confisco de terras de senhores que protegessem hereges e a concessão de benefícios e indulgências para aqueles que se dispusessem a compor expedições armadas para reprimir comunidades heréticas⁵.

A perseguição à heresia cátara pela Igreja, por meio da sua esfera

5. Os concílios do século XII que produziram o cerne dessa legislação antiherética foram: Reims (1148), Reims (1157), Tours (1163) e Latrão III (1179). Os cânones correspondentes podem ser encontrados em Mansi (1776, col. 711-1188) e Mansi (1778, col. 209-468).

papal e das igrejas locais, produziu grande impacto sobre o Languedoc. A disseminação de comunidades heréticas nessa região representou uma séria ameaça à instituição eclesiástica, apresentando um duplo perigo: à unidade espiritual da Cristandade, ao patrimônio e à autoridade da Igreja na medida em que se infiltrava na aristocracia (MACEDO, 2000, p. 107).

Esse conflito atingiu seu ápice com a Cruzada Albigense (1209-1229), guerra que envolveu a Igreja e a aristocracia occitana, além dos reinos da França e de Aragão, suseranos de grande parte da região. Senhores provenientes do norte da França, apoiados pelo Papado, empreenderam essa expedição armada contra os barões do Languedoc, suportados pela doutrina canônica que previa o confisco de terras de senhores cúmplices da heresia. Após vinte anos de batalhas, observou-se a vitória dos cruzados franceses e da Igreja, que legitimou a conquista sobre as terras da aristocracia occitana. A imbricação dos aspectos religiosos e políticos na Cruzada Albigense foi decisiva para o desfecho do conflito⁶. Apesar de ter sido uma “guerra santa”, com o objetivo de combate à heresia, a Cruzada trouxe ao Languedoc diversas transformações sociais e políticas⁷, principalmente a anexação de expressiva parte da região à coroa capetíngua e o enfraquecimento da sociedade occitana (DEVIC;VAISSÈTE, 1879, p.

6. Essa ideia é bem representada na expressão *Negotium Fidei et Pacis*, presente nas fontes sobre a Cruzada Albigense. “Fé” pela Cruzada Albigense ter sido um empreendimento da Igreja para combater a heresia, “Paz” pelo fato da guerra ser vista como necessária para impor a “Paz da Igreja” na região e implementar com segurança as políticas eclesiásticas, a despeito da resistência dos senhores occitanos. Essa expressão foi usada com frequência pelos autores das fontes narrativas da Cruzada Albigense que visavam justificar a intervenção da Igreja no conflito, especialmente o monge cisterciense Pedro de Vaux-de-Cernay (PEDRO DE VAUX-DE-CERNAY, 1951).

7. O fim da Cruzada Albigense foi decretado com a assinatura do Tratado de Paris em 1229, no qual a aristocracia occitana confirmou a sua rendição frente aos cruzados franceses. Os termos do tratado foram decisivos para o destino do Languedoc: boa parte da região foi anexada aos domínios capetínguos; uma grande indenização monetária foi paga aos cruzados pelos occitanos; acordou-se o casamento da herdeira única do conde de Toulouse Raimundo VII com o irmão do rei da França Luís IX.

271-286).

A Cruzada Albigense foi desastrosa para as comunidades cátaras do Languedoc, deslocadas de acordo com o andamento da guerra. Durante o conflito, centenas de integrantes da heresia pereceram nas mãos dos cruzados após os cercos, além do extermínio contínuo de pequenos grupos cátaros ao longo dos anos (SUMPTION, 1978, p. 227). Porém, o período posterior à Cruzada provou-se mais cruel para o catarismo, a partir da criação da Inquisição em 1233.

A Inquisição, entregue à jurisdição da recém-criada Ordem dos Frades Pregadores pelo papa Gregório IX, foi o ponto culminante do desenvolvimento da legislação anti-herética pela Igreja. Os tribunais inquisitoriais, por meio de investigações e delações, perseguiram e condenaram os adeptos e simpatizantes do catarismo na sociedade occitana. Enfraquecido pela Cruzada Albigense e perseguido pelos inquisidores, o catarismo foi progressivamente neutralizado no Languedoc, sendo erradicado finalmente no século XIV⁸.

2. Memória medieval do Languedoc

Apesar da extinção da heresia cátara, foi construída progressivamente uma memória específica a seu respeito que moldou a cultura da região occitana. Mas a que “Memória” estamos nos referindo?

O conceito de “Memória”, advindo da tradição clássica, sofreu uma profunda transformação no período medieval. Marcada pela cristianização

8. O último “perfeito” (sacerdote cátaro) do Languedoc, Guilherme Bélibaste, foi capturado e morto pela Inquisição de Carcassone em 1321. Em 1329, quatro “crentes” (adeptos do catarismo) morreram na fogueira da mesma cidade. Esses foram os últimos registros de membros do movimento cátaro na Occitânia (JIMENEZ-SÁNCHEZ, 2008, p. 285).

da sociedade e o monopólio intelectual da Igreja, a “Memória” teve seu aspecto coletivo repartido entre uma utilização litúrgica eclesiástica baseada nos livros da Bíblia e uma crescente utilização pelos poderes seculares, principalmente na fabricação de genealogias. Vale destacar também a importância da memória funerária medieval e das hagiografias e cultos dos santos católicos (LE GOFF, 1996, p. 442-457).

Patrick Geary identifica três elementos fundamentais do conceito de “Memória” na Idade Média (2006, p. 167-181): uma memória social que englobava a prática litúrgica cristã, a tradição oral e as genealogias de grandes personagens; uma história da memória que compreendia conhecimentos mnemônicos de pensadores medievais (*memoria artificialis*); e a teoria da memória, campo epistemológico amplo que moldou a teologia medieval por meio das tradições platônicas e aristotélicas⁹.

A “Memória Social” é uma base cultural na qual uma sociedade forma uma imagem do seu passado (WILLAERT ET AL, 2004, p. 9). Podemos situar a memória da repressão ao catarismo (vista pela ótica occitana) nesse campo, construída continuamente desde a Idade Média a partir de crônicas sobre a Cruzada Albigense, atas de interrogatórios inquisitoriais e alguns poucos documentos fabricados pelos próprios cátaros. Essa construção carrega em seu seio um tipo específico de “memória”, que combina identidade regional com um relato de resistência. A memória do “martírio” das comunidades cátaras pode ser interpretada como uma “memória de resistência”, ou seja, um discurso construído sobre a premissa de um grupo que resistiu a um processo histórico que lhe foi hostil. Estão incluídos nesse grupo não somente os adeptos do catarismo, mas todo o povo occitano

9. Além de Platão e Aristóteles, três autores da tradição clássica se destacam, em níveis variados, como referência para os pensadores medievais no tema do estudo sobre a memória: Cícero, no *De Oratore*; Quintiliano, no *Institutio Oratoria*; e o autor anônimo da obra *Ad Herennium* (YATES, 1966).

que resistiu à Cruzada Albigense (1209-1229) proclamada pela Igreja e pelo reino francês.

O maior símbolo da resistência cátara foi o castelo de Montségur, situado à época nos domínios do condado de Foix, pertencente ao senhorio de Mirepoix. Essa fortificação acolheu várias comunidades cátaras desde o início do século XIII. Incrustado em uma montanha de difícil acesso, Montségur resistiu durante décadas à invasão francesa e à perseguição da Igreja, até capitular em 1244 pelo cerco do senescal francês de Carcassone, iniciado no ano anterior.

Após a tomada do castelo pelo exército francês, aproximadamente duzentos hereges cátaros morreram em uma grande fogueira montada pela hoste invasora (JIMENEZ-SÁNCHEZ, 2008, p. 283). O cronista medieval Guilherme de Puylaurens, uma das principais fontes sobre o massacre, relatou: “Recusando a conversão a qual haviam sido convidados, eles foram queimados em um cercado feito de estacas no qual se colocou fogo, e passaram pelo fogo do Tártaro”(GUILHERME DE PUYLAURENS, 1996, p. 187). É sublinhada aqui a figura do martírio – mesmo tendo a chance de sobreviver, os hereges cátaros preferiram manter a sua fé e foram queimados.

Figura 1 - Ruína do castelo de Montségur nos tempos atuais.



Fonte: <http://www.catharcastles.info/montsegur.php#photos>. Acesso em 10/02/2018.

O castelo de Montségur tornou-se, segundo essa memória, um lugar “sagrado” para os adeptos e simpatizantes da “causa cátara”, sendo até hoje um importante sítio arqueológico e turístico na região¹⁰. Podemos afirmar que formou-se aqui um “culto da ruína” que articula memória, guerra e trauma (o extermínio dos cátaros). O fascínio pelas ruínas é uma característica fundamental da modernidade, nostálgica de um tempo passado cuja autenticidade confere significado a um discurso legitimatório (HUYSEN, 2006, p. 6-21). No caso em questão, buscou-se legitimar o discurso do vencido, daquele que teve a sua voz calada e foi vitimado por uma entidade agressora. A ruína de Montségur é então mais do que o símbolo da repressão ao catarismo. Ela é também um lugar cujo significado histórico foi socialmente construído para perenizar a versão occitana do massacre cátaro na memória e na identidade do Languedoc, como veremos a seguir.

3. Visão historiográfica e visão mítica sobre o catarismo

A história da repressão ao catarismo no Languedoc evoca o trauma do passado e suas “ruínas”, associando-o a uma herança cultural occitana desejosa de anunciar ao mundo sua própria originalidade. A construção da identidade occitana a partir da história do catarismo levanta uma questão

10. As pesquisas arqueológicas em Montségur tiveram início no período do Entreguerras, tendo como pioneiros Caussou, Chaubet e o abade Durand. Em 1968, com a criação do *Groupe de recherches archéologiques de Montségur et ses environs*, consolidou-se a análise sistemática do terreno. Uma das principais descobertas foi a de que o castelo teve ocupação humana na época pré-histórica. Em relação ao catarismo medieval, as pesquisas arqueológicas trouxeram importantes contribuições para a investigação sobre os cercos que o castelo sofreu na época da Cruzada Albigense. Entretanto, o castelo atual passou por três transformações desde o século XIII, o que torna caduca a teoria de que o atual castelo foi o último santuário cátaro. Ver Roquebert (2007, p. 34-36) e Soula (2004, p. 358).

fundamental: a ausência de um Estado independente na região.

O Languedoc nunca foi uma região verdadeiramente coesa e independente. Na Idade Média, era politicamente fragmentado em vários senhorios concorrentes. Após o fim da Cruzada Albigense em 1229, uma grande parte da região foi anexada aos domínios da Coroa capetíngia, como exposto anteriormente. Séculos depois, com o advento do Estado absolutista na França, buscou-se a ideia de unidade nacional em todo o país, reprimindo qualquer movimento de cunho separatista¹¹. Já no século XX, em 1960, durante o governo de Charles de Gaulle, a Occitânia foi dividida em três regiões: Aquitaine, Languedoc-Roussillon e Midi-Pyrénées. Em 2016, uma reforma administrativa operacionalizada pelo governo francês reorganizou parte desse território, designando-o como Occitanie.

Com a ausência de uma entidade política que sustentasse esse ideal, restaram à população do Midi dois fatores originais para a construção dessa identidade regional: o idioma e o passado (MARTEL, 1982, p. 49). Primeiramente, a língua occitana, a *langue d'oc*, foi desde o período medieval uma característica que conferia uma especificidade à região, já que no norte da França falava-se a *langue d'oïl*. Por esse motivo, a região foi nomeada em homenagem ao seu idioma, fator promotor de coesão cultural.

A língua occitana tornou-se célebre principalmente pelo seu uso nas fontes literárias trovadorescas no medievo. Trovadores entoavam suas canções nas cortes das principais cidades do Languedoc, cujas temáticas giravam em torno da sociedade cavaleiresca e o amor cortês (DELARUELLE, 1969, p. 128-130). É importante destacar aqui a canção de gesta em occitano que é uma das principais fontes narrativas da Cruzada

11. Podemos destacar as revoltas populares dos *croquants* na região do Périgord e Quercy no século XVII, nas quais os insurgentes demandavam uma política mais descentralizadora por parte do governo nacional sediado em Paris (LADURIE, 1977, p. 27).

Albigense: a *Canso de la Crozada*. Composta por dois trovadores, Guilherme de Tudela e um Anônimo, essa canção narra o conflito albigense pelo ponto de vista dos occitanos, enfatizando os massacres dos cruzados e classificando essa guerra como uma “guerra de conquista”¹².

A militância em favor do idioma occitano perdurou para além da Idade Média, tendo sido resgatada por intelectuais da Modernidade. Cabe aqui mencionar o movimento *Félibrige*, associação de escritores occitanos federalistas que buscavam promover a *langue d’oc* e a cultura regional. Criado em 1854, teve como principal expoente o escritor Frédéric Mistral, além de Joseph Roumanille e Théodore Aubanel (MARTEL, 1997, p. 3515-3553). O movimento, associado aos ideais republicanos, também reivindicava uma afiliação com o catarismo em uma linhagem histórica contínua que abarcava os hereges cátaros, os Reformadores e os filósofos das Luzes, dos Direitos dos Homens e da República. No contexto da guerra com os prussianos, foi feita a associação do Languedoc invadido pelos franceses do norte durante a Cruzada Albigense e a França invadida pelos germânicos naquele período (SOULA, 2004, p. 65).

No século XX, observou-se um “renascimento” da militância occitanista no contexto da exaltação da diversidade regional no movimento de Maio de 1968. Assim, o dialeto do *oc* voltou a ser ensinado em algumas escolas e reproduzido em peças de teatro e musicais. Entretanto, como

12. As principais fontes narrativas da Cruzada Albigense apresentam discursos e interpretações divergentes sobre o mérito do conflito. Temos de um lado o relato de Pedro de Vaux-de-Cernay, representante da visão eclesiástica que teria convocado uma cruzada legítima para extirpar o mal da heresia cátara no Languedoc; do outro, a visão do poeta anônimo da *Chanson* que representa o lado occitano, de que a Cruzada não passou de uma guerra de conquista de barões franceses apoiados pela Igreja que desejaram usurpar direitos dos senhores occitanos. Entre esses dois vértices, temos o relato de Guilherme de Puylaurens e o de Guilherme de Tudela: ambos partidários da Cruzada, porém de certa forma resignados por ela se passar na sua região. Ver Guilherme de Puylaurens (1996) e Guilherme de Tudela e Anônimo (1960-1973).

outros idiomas locais na Europa, o idioma occitano vem caindo em desuso nas últimas décadas, identificado somente como um antigo dialeto. Levando em consideração que a língua francesa é o idioma oficial do ensino nas escolas do país, o occitano depende da transmissão da tradição oral, geralmente intrafamiliar. Essa transmissão decaiu vertiginosamente ao longo das décadas – estima-se que atualmente somente dez por cento da população meridional seja fluente no idioma (SAUZET, 2012, p. 87-106).

Em relação ao passado, configurou-se uma memória regional que rivaliza ainda hoje com alguns círculos historiográficos sobre o tema, especialmente aqueles compostos por historiadores e eruditos provenientes da região. Mais do que rivalizar, ela influencia, fato notado na formação de diversos pesquisadores que “carregaram a bandeira” do occitanismo no estudo do Languedoc medieval.

Esse movimento iniciou-se no século XIX com a corrente historiográfica do Romantismo occitano. Pesquisadores como Claude Fauriel e Jean-Bernard Mary-Lafon, baseando-se na tradição de pensadores ligados aos ideais da Revolução Francesa, consideravam o Languedoc medieval um lugar onde predominava a tolerância religiosa e política, em contraste com a alegada obscuridade intelectual presente no norte do país (MCCAFFREY, 2001, p. 118-119). Ao aplicar essa ideia ao contexto da Cruzada Albigense, criou-se a associação dos cruzados e da Igreja com a intolerância, e da população do Midi e os cátaros com a liberdade, estabelecendo assim um embate Norte *versus* Sul. O “occitanismo” buscou então na história do catarismo e da “época de ouro” do Languedoc o seu marco referencial. Segundo Emily McCaffrey:

O processo problemático de construção de uma narrativa histórica coerente e de criação de uma única “consciência nacional” na Occitânia é então ligeiramente solucionado pela memória popular dos cátaros e da Cruzada. A

identidade é comum a cada região da Occitânia, mas o que é particularmente poderoso no Languedoc é o fenômeno cátaro, imbuído dos vestígios de mais de setecentos anos de história. É a ideia de uma Occitânia do século XIII como uma sociedade ricamente civilizada e humana na qual os valores da tolerância, independência e liberdade eram incessantemente defendidos que provou-se tão ressonante dentre os sulistas. Se a Occitânia nunca foi um Estado reconhecido, a Cruzada proporcionou a fundação sobre a qual a Occitânia pôde desde então imaginar uma comunidade para si mesma. (MCCAFFREY, 2001, p. 131)

Além da associação com o ideal regional, outro campo de estudo sobre o catarismo ganhou força naquela época: o “mito cátaro”, ideia que conferia um sentido mitológico à existência do catarismo na Idade Média¹³. Seu maior expoente foi Napoléon Peyrat. Em sua *Histoire des Albigeois*, publicada em três volumes entre 1870 e 1872, o autor reconstrói o passado cátaro e seu imaginário, resgatando a visão romântica da memória occitana (BIGET, 1979, p. 279). Peyrat não era historiador - sua obra tinha um teor poético que romantizava o “drama cátaro”, tendendo então para o campo da literatura. Foi ele o primeiro autor a conferir um sentido mítico ao massacre de Montségur em 1244, interpretando o evento como um martírio dos hereges supliciados, aos quais demonstrava simpatia. O castelo, para o autor, teria se tornado lendário, um ícone de uma cultura, a montanha sagrada do catarismo (SOULA, 2004, p. 59).

A obra de Peyrat influenciou alguns escritores e toda a memória

13. O historiador Jean-Louis Biget define de maneira precisa o “mito cátaro”: “Existe, desde 1870, uma mitologia do passado religioso, cultural e social do Languedoc nos séculos XII e XIII. Ela advém de várias correntes, das quais algumas resgataram a polêmica católica contra ela mesma. Napoléon Peyrat combina todos esses elementos em uma obra lírica e romântica de uma grande força: a História dos Albigenses. O lendário confunde então o catarismo com um evangelismo vago e o relega de bom grado atrás de uma imagem já fixada e estrita que opõe a brilhante civilização do Midi à barbárie dos cruzados, e as práticas da Inquisição às liberdades e à tolerância do Languedoc” (BIGET, 1979, p. 327).

popular sobre os cátaros até os dias atuais. Os trabalhos desses pesquisadores geraram grande controvérsia com a opinião acadêmica por estabelecerem ideias de fundamentação histórica duvidosa: o historiador Déodat Roché, influenciado por teorias advindas do zoroastrismo, gnosticismo e antroposofia, fundou um jornal de teor esotérico em 1899; Otto Rahn, no livro *Croisade contre le Graal* em 1933, associou a história do catarismo à lenda do Santo Graal (em uma narrativa onde Montségur é identificado com Montsalvat e o visconde Raimundo-Rogério Trencavel com Percival); Philéas Lebesque identificou nas crenças cátaras a origem do nazismo (MACEDO, 2000, p. 48-50). Depois de Napoléon Peyrat, os estudos sobre o catarismo passaram a conviver com essa herança “mística”. A História passou a concorrer com o campo do mito.

A memória “martirizada” do catarismo occitano foi incrementada ao longo do século XX. Em 1950, Déodat Roché fundou a *Société du souvenir et d'études cathares* juntamente com outros pesquisadores da heresia cátara. O propósito desse grupo era preservar a tradição cátara e promover estudos sobre o assunto. René Nelli, um dos maiores expoentes da historiografia sobre o catarismo, pertenceu à essa associação. O trabalho desse romanista e filósofo concentrou-se no estudo da espiritualidade e da mitologia cátara. Nelli foi também o responsável por traduzir dezenas de textos cátaros, como o “Livro dos Dois Princípios”¹⁴.

Posteriormente, Roché e Nelli fundariam o *Centre d'Études Cathares* em 1981, centro que abarcou ao longo das décadas seguintes importantes

14. Essa obra foi descoberta na Biblioteca Nacional de Florença pelo padre dominicano e renomado historiador Antoine Dondaine em 1939, juntamente com a descrição de um “ritual”cátaro feito na cidade de Lyon. O “Livro dos Dois Princípios” é um tratado doutrinário cátaro do século XIII, redigido pela comunidade herética de Desenzano, sendo uma das poucas fontes sobre o tema compostas por membros da heresia cátara (DOSSAT, 1979, p. 343-359).

pesquisas sobre o tema, congregando diversos estudiosos. Reunindo uma vasta documentação sobre a história da heresia cátara, seus pesquisadores ganharam uma importante reputação nacional e internacional nos centros acadêmicos e também nos estratos populares. A revista *Heresis*, publicação semestral de excelência sobre as heresias na Idade Média, foi fruto desse trabalho (SOULA, 2004, p. 489-494).

Nas últimas décadas, o catarismo “lendário”, ou “neocatarismo”, entrou com força na cultura *pop* do Midi¹⁵. Séries televisivas como *Les Cathares* (1966), de Stelio Lorenzi, exploravam a imagem lendária da tradição legada por Napoléon Peyrat. No campo dos esportes, equipes locais de rúgbi e motociclismo reivindicavam a memória cátara para a construção de sua identidade (CARBONELL, 1979, p. 361-380). No segmento editorial, dezenas de obras foram publicadas sobre o “mito cátaro”, criando uma forte “literatura industrial de vulgarização” (SOULA, 2004, p. 352). Destacamos o livro de Zoé Oldenbourg, *Le bâcher de Montségur* (1959). O suposto mistério do castelo lendário e do martírio cátaro disseminou-se de maneira expressiva na população meridional francesa, ideia reforçada pela obra da autora:

É bastante comovente constatar que, daqueles que restaram na guarnição, pelo menos um quarto eram homens prontos para morrer por sua fé, não por um sobressalto de entusiasmo, mas após dias e dias de preparação consciente. Os mártires de uma religião vencida não são canonizados; mas esses homens e mulheres cujos nomes não foram registrados

15. Philippe Martel identifica algumas razões para esse processo: a renovação do interesse sobre religiões ocultas; a crise das religiões tradicionais e do racionalismo; o desenvolvimento do campo da “história regional” e seu apelo turístico. O fortalecimento do occitanismo à época foi outro elemento relevante, impactado por diversos fatores: a descolonização das colônias francesas; o subdesenvolvimento em algumas áreas do país; o início do declínio da língua occitana; a radicalização política entre a esquerda e a direita no governo de De Gaulle (MARTEL, 2002, p. 167-180).

senão para ter na lista negra aqueles que participaram de sua iniciação, merecem plenamente o título de mártires (OLDENBOURG, 1959, p. 370-371).

A memória occitana sobre o catarismo está também bastante enraizada no turismo da região. Incentivada pelos poderes públicos locais, estudiosos e alguns setores da imprensa, criou-se a imagem do *Pays Cathare* nas últimas décadas. A ascensão de François Mitterrand à presidência, levando o Partido Socialista de volta ao poder na França, marcou um importante processo de descentralização política no país que valorizou as identidades regionais, especialmente no Languedoc.

A ideia de um “país cátaro” se baseia na releitura de um passado a partir da ótica da memória “martirizada” do catarismo, concretizando-se com a direção dos poderes públicos regionais. Muito além de uma imagem, o *Pays Cathare* tornou-se um programa de viés fortemente econômico¹⁶. Eventos gastronômicos, exposições, trilhas em antigas ruínas medievais, mostras de cinema, enfim, vários eventos passaram a girar em torno desse *slogan* turístico. Cidades como Béziers e Toulouse promovem eventos regulares para rememorar a história cátara associada à paisagem urbana.

O departamento francês de Aude foi o ente político que mais se destacou na formulação do programa. Abarcando cidades diretamente relacionadas à história do catarismo, como Carcassone e Narbonne, esse departamento investiu maciçamente na divulgação do *Pays Cathare* (AUSSAGUEL, 2012). A partir do início do século XXI, o Conselho Geral de Aude instituiu um programa denominado “Lugares de Memória”, levando dezenas de localidades ligadas à história do catarismo a ganhar o

16. A necessidade de revitalização econômica frente a um período de crise na década de 80 impulsionou o programa no Languedoc (JIMENEZ-SÁNCHEZ, 2010, p. 374).

selo de patrimônio material e cultural (JIMENEZ-SÁNCHEZ, 2010, p. 392). Para a manutenção desse título, o “lugar de memória” deveria oferecer eventos turísticos, exposições e conferências para o grande público, dos moldes mencionados anteriormente.

Figura 2: Logomarca do programa *Pays Cathare* feita pelo Conselho-Geral de Aude na França.



Fonte: <http://m.audetourisme.com/fr/decouvrir/marque-pays-cathare.php>. Acesso em 10/02/2018.

Concomitantemente a esse processo, a comunidade acadêmica dirigia-se no caminho inverso, procurando analisar o “catarismo histórico” em contraposição ao “mito cátaro” difundido na memória occitana e explorado pelo programa *Pays Cathare*. Historiadores como Arno Borst, Raoul Manselli, Monique Zerner, Jean Duvernoy, Christine Thouzellier, dentre outros, buscaram analisar o catarismo enquanto fenômeno próprio, desprovido de sentido esotérico e do “apelo martirizado”, identificando as interferências do processo historiográfico anterior sobre as fontes. A grande tendência observada nesse círculo historiográfico, de maneira geral, era a ênfase na natureza endógena da heresia cátara. O catarismo, que por séculos foi compreendido como uma importação maniqueísta do Oriente, passou a ser entendido como uma “dissidência” cristã no Ocidente medieval.

Essa reação historiográfica organizou vários colóquios e produziu importantes obras que se tornaram referências nos estudos sobre o catarismo e os métodos de pesquisa. Tiveram destaque: “*Hérésies et Sociétés*” (LE GOFF, 1968), obra produzida a partir do Colóquio de Royaumont em 1962, no qual foi feita uma discussão coletiva sobre o fenômeno herético na Idade Média; “*Heresy and Literacy*” (BILLER; HUDSON, 1994), fruto de um Congresso em 1992 realizado em Oxford, no qual o principal tema foi a influência das tradições textuais sobre as heresias medievais; “*Inventer l’hérésie*” (ZERNER, 2009), compilação de debates realizados na Universidade de Nice entre 1993 e 1996 que tiveram como principal objeto de estudo as estratégias discursivas utilizadas pelos polemistas anti-heréticos na Idade Média. Atualmente, no século XXI, a discussão historiográfica reside principalmente no antagonismo entre a interpretação que ressalta a heresia como um discurso eclesiástico e a abordagem que ressalta a sua realidade histórica e acusa o outro grupo de “desconstrucionista”¹⁷. Essa divergência pode ser bem percebida no livro “*Cathars in Question*”, obra recente na qual os principais especialistas sobre o catarismo discutiram acerca das dificuldades metodológicas ligadas ao estudo dessa heresia (SENNIS, 2016).

O conflito entre a historiografia e a memória “popular” do catarismo revela questões importantes. A descoberta de novos textos cátaros e o estabelecimento de novos paradigmas historiográficos acerca do catarismo colocou o meio acadêmico em rota de colisão com essa “memória” e a própria imagem do *Pays Cathare*, pois esse programa frequentemente priorizava

17. Os principais historiadores da corrente “desconstrucionista” são Mark Pegg, Pilar Jiménez-Sánchez, Monique Zerner, Jean-Louis Biget, Robert Moore e Julien Théry. A corrente “realista” tem como principais expoentes Michel Roquebert, Anne Brenon, Lorenzo Paolini, Martin Aurell, Peter Biller, Bernard Hamilton e Beverly Kienzle.

o “mito cátaro” em detrimento da História. A historiografia recusava o alegado sentido lendário da heresia cátara e problematizava a importância do Languedoc à época da Cruzada Albigense, colocando em xeque discursos que exaltam os cátaros como mártires. Em suma, os historiadores buscavam se afastar do “mito cátaro” que dominava o imaginário da cultura occitana, questionando postulados como a origem oriental do catarismo e o “retrato” de um Languedoc civilizado em contraposição à barbárie do norte da França. Cada vez mais, as exigências da economia de mercado e o avanço do turismo colocam novos desafios para a construção desse passado, em um processo no qual a natureza restrita do meio acadêmico concorre com o enorme sucesso da “literatura de vulgarização” do catarismo, muitas vezes apoiada pelos poderes públicos da região por razões econômicas.

Contudo, os dois campos não são necessariamente excludentes, pois importantes pesquisadores como René Nelli analisaram a história dessa heresia sob uma ótica occitana, conferindo uma característica regionalista a alguns círculos acadêmicos no Languedoc. Emily Mccaffrey enfatiza o papel desse intercâmbio para a construção de uma identidade regional:

Enquanto tensões podem surgir como um resultado dessa relação, particularmente pela parte de historiadores “acadêmicos” comprometidos com o rigor empírico, ambas as abordagens contribuíram para a reconstrução de uma identidade popular em um tempo no qual o conceito de “Europa das regiões” se tornou mais amplamente apreciado e aceito (MCCAFFREY, 2002, p. 426-427).

O processo de construção dessa identidade e memória nem sempre ocorreu de maneira amistosa. Podemos citar alguns casos nos quais tensões são percebidas durante o século XX: a construção de uma estátua de Esclarmonde (aristocrata cátara da região à época da Cruzada Albigense) em Foix em 1911 ; a comemoração do aniversário da batalha de Muret

em 1913; o aniversário da criação da Universidade de Toulouse em 1929 e também em 1979. Esses episódios revelam um confronto de interpretações sobre o passado, no qual membros do meio acadêmico antagonizaram com expoentes occitanos acerca da memória do catarismo. Assim, a vontade de celebrar um aniversário de um evento histórico, considerado importante por alguns, chocava-se com a indignação de outros que relacionavam algumas dessas datas à “submissão” do Languedoc na Idade Média. Um caso, em especial, merece destaque. Em 1970, o ministro da cultura da França organizou uma celebração nacional em homenagem aos 700 anos da morte do rei Luís IX, o “São Luís”. Ao passo que o rei capetíngeo era considerado pela historiografia como um dos mais importantes monarcas da história do país, a sua reputação na memória occitana era negativa, devido ao fato de Luís IX ter sido o rei que assinou o Tratado de Paris em 1229, pondo fim à Cruzada Albigense e derrotando a aristocracia occitana. Logo, políticos, intelectuais e jornalistas occitanos criticaram a proposta, pois consideravam o rei capetíngeo como o governante imperialista que oprimiu a região na Idade Média (SOULA, 2004, p. 247-249).

Essa oposição integra a complexa relação entre “história” e “memória”¹⁸. Apesar do principal pressuposto de uma epistemologia da história enquanto disciplina científica ser a sua autonomia em relação ao fenômeno mnemônico, não podemos estabelecer esses dois campos de maneira antagônica (RICOEUR, 2007, p. 146). A comunidade acadêmica de historiadores do catarismo deve, a nosso ver, dialogar com essa memória

18. Nos referimos aqui à história enquanto construto intelectual, a *Geschichte* praticada pelo universo acadêmico, ou seja, a reconstrução do passado a partir de um discurso crítico e uma metodologia própria. Esse conceito tem uma trajetória milenar, na qual foi interpretado por variadas significações: a *Historia Magistra Vitae* da tradição ciceroniana; a História-Providência da doutrina cristã; o historicismo do século XIX, dentre outras concepções. Ver Le Goff (1996), Ricoeur (2007) e Assmann (2008).

construída ao longo dos séculos. Segundo Paul Ricoeur:

A história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o conteúdo da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo. Por quê? Porque, segundo nos pareceu, a memória continua a ser o guardião da última dialética constitutiva da preteridade do passado, a saber, a relação entre o “não mais” que marca seu caráter acabado, abolido, ultrapassado, e o “tendo-sido” que designa seu caráter originário e, nesse sentido, indestrutível (RICOEUR, 2005, p. 505).

A História tampouco pode ser considerada neutra ou imparcial. Mesmo que seja caracterizada por um objetivo “racional”, ao passo que a memória tem como foco um discurso mais “afetivo”, não está isenta de manipulações. Ao fazer escolhas no seu recorte de pesquisa, o historiador imprime sobre o seu objeto sua própria subjetividade, passiva de variadas influências (CANDAU, 1998, p. 169). Além do binômio história/memória, os conceitos de “patrimônio” e “identidade”, citados ao longo deste artigo, são fundamentais para organizar esse quadro argumentativo. Esses quatro vértices são tipos diferentes de representação do passado e estabelecem relações entre si, com diferenças e convergências. O patrimônio representa simbolicamente uma identidade, cuja relação passado/presente nos proporciona o reconhecimento coletivo como iguais (SILVA, 2000, p. 219). Dominique Poulot acrescenta:

Em perspectivas semelhantes, o patrimônio se inscreve entre a história e a memória. De fato, ele evoca um conjunto de valores que, como a memória, estabelece um enraizamento mais ou menos profundo no “sensível” das identidades pessoais e sociais, das filiações religiosas, das culturas populares, até mesmo das mitologias. Nisso ele se distingue de uma história profissional cujos interesses são exclusivamente críticos. Ele participa de um tipo de reencantamento do passado material, deixando para a

história o trabalho de dominar sua configuração e validar sua autenticidade. Pois o patrimônio não aparece, salvo exceção, como antinômico à história – como é geralmente o caso da memória. Ao encontro dessa, ele participa de fato de uma historicidade reconhecida e frequentemente reivindicada, não podendo assim tomar o papel que desempenha aqui ou acolá o chamado à memória em nome de uma contra-história da modernidade (POULOT, 2006, p. 186-187).

A identidade é algo reivindicado, característica que traz em seu âmago uma fragilidade que possui três causas: a relação difícil com o tempo; a necessidade de confronto com o “outro”; a herança da violência fundadora (RICOEUR, 2007, p. 93-95). Esses três fatores são perceptíveis no objeto analisado para a configuração dessa “memória de resistência”. A pretensa “idade de ouro” do Languedoc proclamada pelos historiadores românticos do século XIX é uma construção teleológica, visando a utilização de um período do passado em prol do presente. Nesse sentido, o quadro é agravado com eventos históricos controversos, como no caso da heresia cátara e a Cruzada Albigense. O confronto na alteridade também se faz presente nessa construção, pois a sociedade occitana se considerava antagonista da França do norte. Segundo essa ideia, os valores da tolerância e liberdade residiam na Occitânia, enquanto o norte francês era dominado pelo atraso e pelo obscurantismo. Por fim, a violência fundadora é percebida na Cruzada Albigense, pelo trauma dos massacres dos cruzados franceses à população meridional e a anexação à coroa capetíngia após o fim da guerra, configurando um discurso “vitimista”.

Para essa construção, marcos temporais são fundamentais. Segundo Aleida Assmann, “De maneira geral, identidades coletivas requerem um objetivo comum para o futuro e pontos comuns de referência no passado” (2007, p.12). Logo, para o estabelecimento de um “horizonte de expectativa” por meio de um “espaço de experiência”, no sentido do

conceito de Reinhart Koselleck (2006, p. 306-327), o regionalismo occitano buscou na Idade Média o episódio do massacre dos cátaros e da resistência do Languedoc como pontos legitimadores de sua “causa”.

Um exemplo de uma obra sobre o catarismo que articula os quatro vértices (História, Memória, Patrimônio e Identidade) é “*Montaillou*”, escrita pelo historiador Emmanuel Le Roy Ladurie. Publicado em 1975, esse livro narra os últimos momentos da heresia cátara no Midi (LADURIE, 1982). Consagrado na historiografia, *Montaillou* foi popularizado para além do meio acadêmico, tornando-se um *best-seller* na memória popular occitana. Além de ser uma célebre pesquisa sobre o catarismo, baseada na metodologia da “micro-história”, a obra valoriza o patrimônio e a identidade da região ao fazer a promoção do local e da cultura regional (SOULA, 2004, p. 403-405).

Todavia, o livro de Ladurie é um caso excepcional de aproveitamento desses conceitos. Os quatro tipos de representações do passado mencionados operam frequentemente em conflito, por suas características distintas e também por tentativas de instrumentalização do passado, como vimos ao longo do artigo, no caso do catarismo: o Romantismo occitano; a memória do catarismo em prol do sentimento regional; a manipulação do passado pelo “mito cátaro”; a discussão em torno do programa *Pays Cathare*.

4. Conclusão

Pensamos que um bom caminho de investigação histórica é compreender esse processo como um “lugar de memória”, conceito discutido por Pierre Nora. O autor assim o define:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização

de nosso mundo que faz aparecer a noção. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e encimadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora (NORA, 1981, p. 12-13).

O incentivo à comemoração dentro de um processo histórico de memorialização tem sido uma constante na sociedade francesa nas últimas décadas: bicentenário da Revolução Francesa; aniversário de mil anos da ascensão dos capetínges ao trono; aniversário dos movimentos de Maio de 1968, dentre outros (REVEL, 2000, p. 1-2). Esse espírito comemorativo marca a expressão de uma história nacional que reivindica a afiliação a um passado compreendido como “herança cultural”. Também marca o desejo de que certas memórias possam integrar uma identidade, tendo como efeitos possíveis a legitimação, a valorização, a dominação, a exclusão, a revitalização e/ou o sentimento de uma cultura comum (CANDAU, 1998, p. 142-143).

Contudo, esse não é um processo imóvel. Os “lugares de memória” são incentivados ou têm a sua importância reduzida dentro de uma cultura ao longo da história. A expressão “lugar de memória”, compreendida em um sentido estritamente geográfico, alude a localidades e monumentos dotados de uma grande importância memorial, pois testemunham modos de vida do passado e/ou eventos históricos. É essa acepção que permeia o programa turístico do Departamento de Aude. Já o conceito de “lugar de memória”, discutido por Pierre Nora, é mais abrangente e possibilita importantes reflexões conceituais. Sua aplicação em relação à história da

repressão ao catarismo no Languedoc é cabível, como demonstraremos a seguir.

Para o autor, três aspectos coexistem para a concretização do conceito de “lugar de memória”: material, simbólico e funcional, em graus diversos (1981, p. 21-23). O aspecto material está presente na própria ruína de Montségur, fortaleza medieval que abrigou comunidades cátaras no século XIII e permanece como sítio arqueológico na região. Além disso, a experiência histórica singular realizada nesse castelo tornou-se referência para diversos grupos esotéricos, como o Rosacruz, que consideram o castelo um lugar sagrado. O aspecto simbólico está presente na identidade regional occitana como um “ideal de reação” contra qualquer tentativa de aculturação por parte da “França do Norte” – no caso em questão, lembrando a resistência da população occitana contra os invasores na Cruzada Albigense¹⁹. Podemos dizer que a repressão ao catarismo representa também um ícone da intolerância religiosa, manifesta na perseguição eclesiástica às comunidades heréticas. Por fim, o aspecto funcional existe especialmente na promoção do patrimônio pelos poderes públicos e associações privadas atuais por meio de celebrações comemorativas e eventos que rememoram “aqueles que foram martirizados pela intolerância” (ROACH, 1997, p. 8-9).

A discussão conceitual sobre este tema oferece meios para compreender seu processo histórico. O conceito de “lugar de memória” é pertinente pois consegue articular “história, memória, identidade e patrimônio” em uma mesma reflexão. Existe notável conhecimento

19. Ao longo da história contemporânea da França, alguns episódios levantaram esse ideal. Um exemplo marcante foi que no período da descolonização francesa (a partir da década de 50), os cátaros foram “apropriados” pelos *pieds-noirs* (franceses residentes na Argélia). Expulsos da colônia após a independência em 1962, eles se estabeleceram em grande parte na região occitana, utilizando então a memória da heresia cátara como um símbolo da luta contra a opressão do Norte (ROACH, 1997, p. 17).

histórico em um “lugar de memória”. O historiador, ao apropriar-se de um objeto de pesquisa no tempo, deve preenchê-lo com um discurso de sentido crítico capaz de questionar usos e abusos desse conceito, assim como tentativas de instrumentalização do passado. No caso da história da repressão ao catarismo no Languedoc, permanece aberto o debate sobre o papel do “trauma” na construção desse passado e de uma memória coletiva ainda em conflito.

REFERÊNCIAS

Fontes

GUILHERME DE PUYLAURENS. *Chronica Magistri Guillelmi de Podio Laurentii*. Toulouse: Le Pérégrinateur, 1996 .

GUILHERME DE TUDELA E ANÔNIMO. *La chanson de la croisade albigeoise* (3 vol.). Paris: Les Belles Lettres, 1960-1973.

MANSI, Johannes Dominicus (Ed.). *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio* (tomo XXI). Veneza: Zatta, 1776, col. 711-1188.

_____. *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio* (tomo XXII). Veneza: Zatta, 1778, col. 209-468.

PEDRO DE VAUX-DE-CERNAY. *Histoire Albigeoise*. Paris: Vrin, 1951.

Bibliografia Complementar

ASSMANN, Aleida. Europe: A Community of memory? Twentieth Annual Lecture of the GHI. *GHI Washington Bulletin*, n. 40, p. 11-25, 2007.

_____. Transformations between History and Memory.

- Social Research*. vol. 75, n. 1, p. 49-72, 2008.
- AUSSAGUEL, François. L'histoire au service du territoire de projet : l'exemple du Pays Cathare. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*. N. 74, p. 199-218, 2012.
- BIGET, Jean-Louis. *Mytographie du catharisme (1870-1960)*. In : V.V.A.A. *Cahiers de Fanjeaux. Historiographie du catharisme*. n. 14. Toulouse : Privat, 1979, p. 271-342.
- BILLER, Peter; HUDSON, Anne (Eds.). *Heresy and Literacy, 1000-1530*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- CANDAU, Joel. *Mémoire et Identité*. Paris : Presses Universitaires de France, 1998.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Vulgarisation et Récupération : Le catharisme à travers les Mass-Média*. In : V.V.A.A. *Cahiers de Fanjeaux. Historiographie du catharisme*. n. 14. Toulouse : Privat, 1979, p. 361-380.
- DELARUELLE, Étienne. *La critique de la guerre-sainte dans la littérature méridionale*. In : V.V.A.A. *Cahiers de Fanjeaux. Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII siècle*. n. 4. Toulouse : Privat, 1969, p. 128-139.
- DEVIC, Claude ; VAISSÈTE, Joseph. *Histoire générale du Languedoc* (vol. VIII). Toulouse: Privat, 1879.
- DOSSAT, Yves. *La découverte des textes cathares. Le P. Antoine Dondaine*. In : V.V.A.A. *Cahiers de Fanjeaux. Historiographie du catharisme*. n. 14. Toulouse : Privat, 1979, p. 343-359.
- DUVERNOY, Jean. *La Religion des cathares*. Toulouse: Éditions Privat, 1976.
- GEARY, Patrick. *Memória*. In: LE GOFF, Jacques ; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. vol. 2. Bauru: EDUSC, 2006, p. 167-181.
- HUYSSSEN, Andreas. Nostalgia for ruins. *Grey Room*, n. 23, p. 6-21, 2006.

JIMENEZ-SÁNCHEZ, Pilar. *Les catharismes: modèles dissidents du christianisme médiévale (XIIe-XIIIe siècles)*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2008.

_____. The use and abuse of history: the creation of the “Aude, Pays Cathare”. An example of the management of an historical and cultural patrimony? *Imago Temporis. Medium Aevum*, n. 4, p. 373-398, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*. Paris : Gallimard, 1982.

_____. Occitania in historical perspective. *Reviem*, vol. 1, n. 1, p. 20-30, 1977.

LAMBERT, Malcolm. *Medieval Heresy. Popular movements from the Gregorian Reform to the Reformation*. 2. Ed. Oxford e Cambridge: Blackwell, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. (Org.). *Hérésies et Sociétés dans l'Europe pré-industrielle, 11-18 siècles*. Paris: Mouton, 1968.

MACEDO, José Rivair. *Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval*. Porto Alegre : EdUPUCRS, 2000.

MARTEL, Philippe. Les historiens du début du XIX siècle et le Moyen Âge occitan : Midi éclairé, Midi martyr ou Midi pittoresque. *Romantisme*, n. 35, p. 49-72, 1982.

_____. *Le Félibrige*. In: NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire* (Vol. 3). Paris : Gallimard, 1997, p. 3515-3553.

_____. *Les cathares et l'Histoire. Le drame cathare devant ses historiens (1820-1992)*. Toulouse: Privat, 2002.

- MCCAFFREY, Emily. Memory and collective identity in Occitanie: The Cathars in history and popular culture. *History & Memory*, vol. 13, n. 1, p. 114-138, 2001.
- _____. Imaging the cathars in Late-Twentieth-Century Languedoc. *Contemporary European History*, vol. 11, n. 3, p.409-427, 2002.
- MITRE-FERNÁNDEZ, Emilio. *Historia de la Edad Media en Occidente*. Madri : Cátedra, 2008.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, 1981, p. 7-28.
- OLDENBOURG, Zoé. *Le bâcher de Montségur*. Paris : Gallimard, 1959.
- POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident (XVIII-XXI siècle)*. Paris : Presses Universitaires de France, 2006.
- REVEL, Jacques. Histoire vs Mémoire en France aujourd'hui. *French Politics, Culture & Society*, vol. 18, n. 1, p. 1-12, 2000.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROACH, Andrew. Occitania Past and Present: Southern Consciousness in Medieval and Modern French Politics. *History Workshop Journal*, n. 43, p. 1-22, 1997.
- ROQUEBERT, Michel. *L'Épopée Cathare. 1230-1244 : Mourir à Montségur* (vol. 4). Paris : Perrin, 2007.
- SAUZET, Patrick. Occitan : de l'importance d'être une langue. *Cahiers de l'Observatoire des pratiques linguistiques*, p. 87-106, 2012.
- SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e Identidade. Os desafios do turismo cultural. *Antropologicas*, n. 4, p. 218-224, 2000.
- SOULA, René. *Les cathares entre légende et histoire. La mémoire de l'albigéisme du*

XIX siècle à nos jours. Puylaurens: Institut d'études occitans, 2004.

SUMPTION, Jonathan. *The Albigensian Crusade*. Londres e Nova York: Faber & Faber, 1978.

WAKEFIELD, Walter. *Heresy, Crusade and Inquisition in Southern France, 1100-1250*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1974.

WILLAERT, Frank ; BRAET, Herman ; MERTENS, Thom ; VENCKELEER, Theo (Eds.). *Medieval memory. Image and Text*. Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales. Textes et Études du Moyen Âge, n. 27. Turnhout : Brepols, 2004.

YATES, Frances A. *The Art of Memory*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

ZERNER, Monique (Org.). *Inventar a heresia. Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.